



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0216831-6 RECIFE/PE**

**APELANTE:** ROBERTO MARIO AGUIAR PIMENTEL  
**ADVOGADO:** Fabiana Cesar Veras (OAB/PE 018412)  
**APELADA:** BRADESCO SAÚDE S/A  
**ADVOGADO:** Ricardo do Nascimento Correa de Carvalho (OAB/PE 14178)  
**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**DATA DO JULGAMENTO:** 11 DE JUNHO DE 2014

EMENTA – NEGATIVA DE COBERTURA DO PLANO DE SAÚDE. COLOCAÇÃO DE STENT. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEFERIDA. FOI DADO PROVIMENTO AO RECURSO.

1. O Colendo Superior Tribunal de Justiça bem como este Tribunal já adotou firme posicionamento quanto à possibilidade de ressarcimento por danos morais na ocorrência de negativa de cobertura referente à implantação de “stents” por parte das empresas de seguro.

2. Atento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade entre o valor a ser pago e o dano amargado pelo apelante, entendo ser cabível a fixação de indenização por danos morais no patamar de R\$10.000,00 (dez mil reais).

3. Quanto aos honorários advocatícios, tendo em vista o cabimento de dano moral na ação em apreço, deve a empresa apelada ser responsabilizada pelo pagamento de todo o valor dos honorários advocatícios no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, com fulcro nas orientações dadas pelo Art. 20, § 1º, do CPC.

4. Foi dado provimento ao apelo, para reformar a sentença recorrida, condenando a empresa apelada ao pagamento de Indenização por danos morais à apelante no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), bem como para condená-la em honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação e pagamento das custas judiciais, mantendo-se a sentença hostilizada em todos os demais termos.




Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0216831-6, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Recife, 16 de junho de 2014.

  
**Alberto Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Relator**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0216831-6 – RECIFE/PE**

**APELANTE: ROBERTO MÁRIO AGUIAR PIMENTEL**

**APELADO: BRADESCO SAÚDE S/A**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**RELATÓRIO**

ROBERTO MÁRIO AGUIAR PIMENTEL, devidamente qualificado nos autos, promoveu, por intermédio de advogado legalmente constituído, AÇÃO DECLARATÓRIA DE PRÁTICA ABUSIVA E NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL C/C TUTELA ANTECIPADA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, distribuída sob o número 0128556-57.2009.8.17.0001, em face da BRADESCO SAÚDE S/A.

O autor alegou, em síntese apertada, que é beneficiário de contrato de plano de saúde com a Bradesco Saúde e que, sendo portador de insuficiência coronariana severa, necessitou de um tratamento de urgência para realizar uma ANGIOPLASTIA PRIMÁRIA COM COLOCAÇÃO DE STENT FARMACOLÓGICO XIENCE-V 3,5 x 28 mm no Real Hospital Português de beneficência, correndo, inclusive, risco de morte iminente, sendo seu tratamento negado pela empresa apelada alegando a mesma que tal procedimento é excluído do contrato por ambos firmado.

Requeru, em caráter liminar, fosse a seguradora compelida a providenciar a cobertura de todas as despesas médico-hospitalares que foram realizadas no Real Hospital Português de beneficência, bem como, no mérito, pugnou fosse expedido ofício ao referido Hospital a fim de que o mesmo não efetuasse qualquer cobrança em nome do demandante; também requereu indenização pelos danos morais suportados.

O magistrado *a quo*, através do decisório de fls. 49, reservou-se à apreciação do pedido de tutela antecipada após a ouvida da parte contrária, inconformado o autor interpôs agravo de instrumento nº 195954-2, em cujos autos proferi decisão terminativa.

A empresa seguradora ofereceu contestação (fls. 79/98), na qual alega que, contratualmente, é prevista exclusão de cobertura para gastos com prótese e, por isso, não foi realizada a cobertura do “Stent” requerida pelo autor. Com relação aos danos morais, alega serem os mesmos indevidos.

O juízo monocrático, por meio de sentença (fls. 121/130), deferiu a antecipação da tutela pretendida, julgou parcialmente procedente os pedidos do autor, condenando a demandada a custear a angioplastia com colocação de “Stent” já realizada, sendo ressarcido



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

ao autor o valor de R\$ 21.395,00 (vinte e um mil, trezentos e noventa e cinco reais) e acessórios, ficando cada litigante responsável pelo pagamento de seus honorários advocatícios, arbitrados em 10% sobre o valor da condenação, não acolhendo o pedido de danos morais.

Irresignado com a decisão, o autor interpôs recurso de apelação (fls. 149/161), oportunidade em que requereu a reforma parcial da sentença para condenar a apelada pelos danos morais sofridos bem como pelos honorários advocatício na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Contrarrazões ao apelo às fls. 176/188, requerendo seja desprovida a presente apelação, posto que não cometeu a seguradora apelada nenhum ato ilícito que configurasse condenação por danos morais bem como a manutenção do julgado "a quo" para que permaneça sucumbência recíproca entre as partes.

É o relatório, no essencial.

Ao ilustre Des. Revisor.

Recife, 02 de fevereiro de 2011.

  
**Alberto Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Relator**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

230  
70

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0216831-6 – RECIFE/PE**

**APELANTE: ROBERTO MÁRIO AGUIAR PIMENTEL**

**APELADO: BRADESCO SAÚDE S/A**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**VOTO DO DES. RELATOR**

Alega o apelante, nas suas razões de fls. 149/161, em síntese, que a negativa do plano de saúde, ora apelado, em dar cobertura ao seu tratamento através da colocação de um “stent” farmacológico Xience-V 3,5x 28 mm, gerou uma piora no seu estado de saúde, uma vez que foi acometido de muito medo de perder sua vida bem como diante da ausência de condição econômica de custear tal tratamento.

Requer o autor a reforma parcial da sentença para condenar a apelada pelos danos morais sofridos bem como pelos honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Desde já, cumpre esclarecer que o *stent* se mostrava um instrumento imprescindível e necessário ao êxito da intervenção cirúrgica ao qual o apelante teve que se submeter, qual seja uma angioplastia primária, já que o mesmo sofria de Insuficiência coronariana severa, e sem a realização deste procedimento o recorrente apresentava risco de morte.

Tanto isso é verdade que, em vista do expressivo número de feitos que têm por objeto a mesma situação jurídica narrada na hipótese, a Seção Cível deste E. Tribunal de Justiça aprovou, em 03/05/2007, a Súmula nº 11<sup>1</sup>, com a seguinte redação:

É abusiva a negativa de cobertura de stent, ainda que expressamente excluída do contrato de assistência à saúde.

A recusa em arcar com os encargos do tratamento do apelante (implante de prótese coronariana – *stents*) – já considerado pelas instâncias ordinárias como instrumento para reforço de estrutura indispensável e vinculado ao aparelhamento da angioplastia –, constitui fato relevante e autorizador das verbas indenizatórias, principalmente por ocorrer no momento em que o segurado necessitava do devido respaldo econômico e de tranquilidade para realização de cirurgia e posterior recuperação.

Foram atingidos, ao meu ver, direitos inerentes a personalidade da parte autora, tendo em vista a frustração da expectativa de lhe ser prestado adequadamente o serviço ofertado, ilícito contratual que ultrapassa o mero incômodo.

<sup>1</sup> Publicada no DPJ 88, de 15/05/2007.



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

233  
P

Assim, a demandada, ora apelada, deve ressarcir os danos morais, cuja incidência decorre da prática de conduta ilícita, a qual se configurou no caso em tela, decorrente do inadimplemento injustificado da prestação devida, atitude abusiva na qual a seguradora assumiu o risco de causar lesão ao enfermo, mesmo de ordem extrapatrimonial, daí ensejando o dever de indenizar.

No presente feito, cumpre destacar que a parte demandante necessitava de imediato atendimento devido à gravidade de seu estado de saúde, caracterizando plenamente a hipótese de urgência médica.

A situação descrita já se encontra exaustivamente discutida, tendo o Superior Tribunal de Justiça adotado firme posicionamento quanto à possibilidade de ressarcimento por danos morais na ocorrência de negativa de cobertura referente à implantação de "stents" por parte das empresas de seguro, tal como se observa dos julgados transcritos a seguir, *in verbis*:

**DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. INCIDÊNCIA DO CDC. PRÓTESE NECESSÁRIA À CIRURGIA DE ANGIOPLASTIA. ILEGALIDADE DA EXCLUSÃO DE "STENTS" DA COBERTURA SECURITÁRIA. DANO MORAL CONFIGURADO. MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS.-** Conquanto geralmente nos contratos o mero inadimplemento não seja causa para ocorrência de danos morais, a jurisprudência desta Corte vem reconhecendo o direito ao ressarcimento dos danos morais advindos da injusta recusa de cobertura de seguro saúde, pois tal fato agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado, uma vez que, ao pedir a autorização da seguradora, já se encontra em condição de dor, de abalo psicológico e com a saúde debilitada.- A quantia de R\$5.000,00, considerando os contornos específicos do litígio, em que se discute a ilegalidade da recusa de cobrir o valor de "stents" utilizados em angioplastia, não compensam de forma adequada os danos morais. Condenação majorada. Recurso especial não conhecido e recurso especial adesivo conhecido e provido. (REsp 986.947/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/03/2008, DJe 26/03/2008)

**AGRAVO REGIMENTAL. PLANO DE SAÚDE. CIRURGIA CARDÍACA. IMPLANTE DE STENT. RECUSA INDEVIDA DA COBERTURA. DANO MORAL CONFIGURADO. Em consonância com a jurisprudência pacificada deste Tribunal, a recusa indevida à cobertura médica enseja reparação a título de**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgílio**

232

**dano moral, uma vez que agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado, já combatido pela própria doença. Precedentes. Agravo improvido. (AgRg no REsp 944.410/RN, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2008, DJe 17/12/2008)**

Nesse mesmo sentido, é o entendimento desta Egrégia Corte de Justiça, em casos assemelhados, conforme se observa os seguintes arestos, *verbis*:

**PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - REFORMA PARCIAL DO DECISUM - PLANO DE SAÚDE - ANGIOPLASTIA CORONÁRIA - NEGATIVA DE COBERTURA DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO PARA IMPLANTE DE UM STENT FARMACOLÓGICO - DANO MORAL CARACTERIZADO - CLÁUSULA CONTRATUAL ABUSIVA - PREVALÊNCIA DO DIREITO À SAÚDE E À VIDA - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS FIXADA EM R\$ 10.000,00 - VALOR CONDIZENTE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ - APELO PARCIALMENTE PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. (AP 195701-1, TJPE, 6ª Câmara Cível, Des. Rel. Eduardo Augusto Paura Peres, Jul. em 22/12/2009, sem grifos no original).**

**RECURSO DE AGRAVO. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. STENT. CABIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAIS. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. A recusa de plano de saúde de fornecer cobertura a procedimento de implantação de stent causa sofrimento e angústia ao paciente, justificando a condenação em dano moral, pois agrava a situação de aflição psicológica de quem já está afetado pela própria doença. 2. Considerando as particularidades do caso concreto, o montante de R\$ 10.000,00 é suficiente para indenizar o paciente sem dar causa ao enriquecimento ilícito. 3. Honorários advocatícios fixados em 20% do valor da condenação, tendo em vista a diligência do advogado, seu zelo e sua dedicação. 4. Negado provimento ao recurso de agravo. (AP 187469-3/01, TJPE, 3ª Câmara Cível, Des. Rel. Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto, Jul. em 17/09/2009, sem grifos no original).**

**CONTRATO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA. NEGATIVA DE COBERTURA PARA IMPLANTAÇÃO DE STENT COM BASE EM CLÁUSULA EXCLUDENTE.**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

233  
10

**INADMISSIBILIDADE. SOFRIMENTO E ABALO PSÍQUICO-ECONÔMICO DA PACIENTE. CONFIGURAÇÃO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SATISFATORIEDADE DO PLEITO DE ORDEM MATERIAL PELO DEFERIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, NÃO REVOGADA PELA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. Afigura-se inadmissível a negativa de cobertura pela seguradora para implantação de stent, com base em interpretação de cláusula contratual excludente, mormente quanto tal material está estritamente vinculado ao ato cirúrgico, sem o que restaria inócuo em seus efeitos, restando configurado o dano moral, pelo sofrimento e abalo psíquico-econômico experimentado pela paciente, ao ser desprotegida pelo plano em momento de grande fragilidade física e emocional e já devidamente reparado o dano material, quando do deferimento da tutela antecipada, não revogada pela sentença de primeiro grau. (AP 115577-1, TJPE, 2º Câmara Cível, Des. Rel. Alberto Nogueira Virgínio, Jul. em 15/05/2007, sem grifos no original).**

Como se vê, tem sido reconhecido o direito ao ressarcimento dos danos morais advindos da recusa no atendimento à solicitação pleiteada, sobretudo em momento tão difícil para o segurado, em que se vê agravada sua situação de aflição e de sofrimento psicológico quando, ao buscar a realização do tratamento em caso de urgência, em condição de fragilidade e de débil saúde, depara-se com a negativa da seguradora.

Atento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade entre o valor a ser pago e o dano amargado pelo apelante, entendo ser cabível a fixação de indenização por danos morais no patamar de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Quanto aos honorários advocatícios, verifico que o juízo *a quo* entendeu se tratar de sucumbência recíproca, condenando ambos os litigantes a pagar seus honorários advocatícios, todavia, tendo em vista o entendimento acima esboçado sobre o cabimento de dano moral na ação em apreço, deve a empresa apelada ser responsabilizada pelo pagamento de todo o valor dos honorários advocatícios no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, com fulcro nas orientações dadas pelo Art. 20, § 1º, do CPC.

Nesta linha de entendimento, **DOU PROVIMENTO AO APELO**, para reformar a sentença recorrida, condenando a empresa apelada ao pagamento de Indenização por danos morais à apelante no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), bem como para condená-la em honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação e pagamento das custas judiciais, mantendo-se a sentença hostilizada em todos os demais termos.

<sup>2</sup> Art.20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Essa verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

§1º O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido.





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

224  
60

É como voto.

Recife, 11 de 06 de 2014

  
**Alberto Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Relator**



Estado de Pernambuco

0216831-6 Ap

+	-----	+
	TJPE	
	FLS.	
	227/3	
+	-----	+

## CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao  
Revisor Desembargador Adalberto de Oliveira  
Melo

Recife, 26 de abril de 2011.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Diretoria Cível

revisel.

Inclua-se em pauta.

Recife 25 de 02 de 2011.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
DESEMBARGADOR REVISOR